



## **MEMÓRIA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA** **REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA - 2021**

Aos cinco dias do mês de março de 2021, das 10 às 12 horas, realizou-se por via videoconferência a 38ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública do ano de 2021. Estavam presentes os representantes das seguintes instituições: Controladoria-Geral da União – CGU; Controladoria-Geral do Estado do Paraná – CGE/PR; Departamento da Polícia Federal – DPF; Ministério Público do Paraná – MPPR; Ministério Público Federal – MPF; Observatório Social do Brasil – OSB; Procuradoria-Geral do Estado do Paraná – PGE/PR; Receita Federal do Brasil – RFB; Secretaria de Estado da Fazenda – SEFA; Secretaria de Estado da Justiça, Família e Trabalho – SEJUF; Tribunal de Contas da União – TCU; Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR; e Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – TRE/PR. E, registrada a ausência de representantes da Advocacia-Geral da União – AGU; Assembleia Legislativa do Paraná – ALEP; Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná – CELEPAR; Ministério Público de Contas do Estado – MPC; Ministério Público do Trabalho – MPT; e Secretaria de Estado da Segurança Pública – SESP. A sessão foi presidida pelo Coordenador Executivo, Maurício Kalache, e secretariada pela Controladoria-Geral do Estado.

**Maurício Kalache (MPPR)**, como Coordenador Executivo, abriu a reunião e, inicialmente, cumprimentou e agradeceu a participação de todos os presentes. Preliminarmente, antes de discorrer sobre a pauta, prestou toda solidariedade aos familiares dos presentes que tenham sido atingidos pela COVID-19. Após a introdução, submeteu aos membros do Colegiado a aprovação da Ata da 37ª Reunião Ordinária, que teve anuência plena. Em seguida, relatou sobre a reunião das Comissões, realizada em 26/02/2021, que teve que sofrer alguns ajustes em sua estrutura, tendo em vista as atualizações aprovadas em reuniões anteriores no regimento interno. Considerando os predicados de todos os indicados, propôs-se a ampliação da participação dos órgãos em algumas comissões, proposta cuja aprovação foi absoluta (comissão de informação e de legislação fundiram-se na comissão de inteligência e capacitação, respectivamente). Diante da situação, indicou a criação de uma comissão permanente para promover ações integradas de

informações que requerem sigilos, podendo-se migrar as indicações excedentes. E, deixou a palavra aberta.

**José Willian (CGU)**, em relação a migração dos servidores da legislação para capacitação, manifestou-se por disponibilizar capacitações de cursos de acordos de leniências e processos de responsabilização, porém acredita que as indicações da CGU na área de legislação não seriam pertinentes à área de capacitação. Complementarmente, expôs a ideia de alocar profissionais com habilidades específicas em casos determinados, otimizando e aproveitando os potenciais de cada um.

**Francisco Bignardi (RFB)** informou a dificuldade na migração automática das indicações entre as comissões, visto que foram selecionados profissionais com competências específicas para cada área. Logo, seria necessário um ajuste nas indicações por parte da Receita Federal.

**Bruno Galatti (MPPR)** relatou sua experiência na Rede. E, acredita que muitas áreas foram desenvolvidas como a capacitação, mas reforça que, ainda, não estão todos os entes integrados. As reuniões permitem uma conversa/troca de experiências em rede, mas não tem um operacional em rede. Por fim, pronunciou-se pela não necessidade de criação de mais grupos.

**Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU)** apoia a opinião de **Bruno Galatti** sobre empoderar as Comissões e não criar novas. Destacou a ação integrada da Rede de Piauí nos contratos da COVID-19.

**Maurício Kalache (MPPR)**, diante das explicações, achou pertinente retirar de pauta a criação de mais uma Comissão e manter as alterações já validadas. E, deu continuidade na pauta da reunião.

**José Willian (CGU)** abriu a palavra pra apresentar o trabalho desenvolvido em conjunto pela CGU, TCU e Rede de Mato Grosso do Sul na Ação 9 do ENCCLA, que trata sobre prevenção de fraude na corrupção, por meio das sensibilidades dos gestores.

**Luiz Gustavo Gomes Andrioli (TCU)** complementou que essa ação nasceu na Rede de Mato Grosso do Sul e teve como parceira o Observatório Social do Brasil. A

ideia é que esta ação ocorra nos demais estados da Federação, por meio de ações articuladas entre as Comissões de Controle e Prevenção, Tribunais de Contas dos estados e Ministérios Públicos Estaduais. Lembrando que é uma ação a longo prazo, com cante de sensibilização e não de imposição.

**Mário Bertuol (TCU/MS)** apresentou o programa e resultados obtidos em Mato Grosso do Sul e a ideologia do “Programa Nacional de Prevenção à Corrupção”. Na apresentação, apontou as atribuições de cada setor (Ministério Público, Polícia, Poder Judiciário), porém fica a lacuna do responsável pela prevenção nos atos de corrupção. No programa foram avaliadas todas as instituições estaduais e municipais e apenas 8% foram consideradas eficientes no combate à corrupção, também foi possível observar que a maior fragilidade está nos municípios, muitas vezes por falta de acesso à informação. Como resultado do programa é gerado um relatório que serve como um ponto de partida para os gestores. Ademais, é uma ação que integra os órgãos de controle interno e externo e aplica uma auditoria não convencional. Conclui informando a existência de um sistema pronto, com metodologia, modelos de materiais, entre outras ferramentas, bem como a necessidade de realização contínua das avaliações.

**Maurício Kalache (MPPR)** externou a vontade do MPPR em aderir e apoiar na implementação do programa. E, deixou a palavra aberta.

**Penélope (DPF)** parabenizou a ação e aproveitou o momento para relatar o processo penoso de recuperação dos dinheiros advindos da corrupção. Também, acredita que esse programa e a integração da Rede são ações suficientes para a atual gestão.

**Raul Clei Cocco Siqueira (CGE)** compartilhou da mesma satisfação dos demais membros. No entanto, ressaltou as premissas adotadas no Programa de Integridade e Compliance do Estado do Paraná, para que as boas práticas adotadas não sejam fragilizadas com o programa apresentado por **Mário Bertuol**, mas sim que elas se complementem. Por fim, dispôs-se em apresentar o Programa de Integridade e Compliance para a Rede.

**Ney da Nóbrega Ribas (OSB)** colocou o Observatório Social do Brasil à disposição para realizar a pesquisa em campo.

**Maurício Kalache (MPPR)**, em atenção a fala de **Raul Clei Coccaro Siqueira**, concorda que as ações do Estado do Paraná estão sendo eficientes, porém é necessário fomentar e articular ações similares nos municípios.

**Rafael Ayres (TCE)** e **Denilson Beal (TCE)** apresentaram o plano de fiscalização 2021 do Tribunal de Contas do Estado e as funções de governo a serem avaliadas no corrente ano.

**Maurício Kalache (MPPR)** colocou em votação a data para a próxima reunião, bem como definiu a próxima reunião das Comissões para definição de coordenadores e início das tratativas do plano de ação, ficando acordadas, respectivamente, as seguintes datas: 09/04/2021 e 12/03/2021. Por fim, informou aos membros da Rede que encaminhará o calendário anual com a programação das reuniões.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.

<b>DELIBERAÇÕES</b>			
<b>nº</b>	<b>Ação</b>	<b>Responsável</b>	<b>Previsão</b>
1	Aprovação da Ata da 37ª Reunião Ordinária da Rede de Controle da Gestão Pública.	Colegiado	05/03/2021
2	Reunião das Comissões em 12/03/2021 para definição dos coordenadores e início das atividades.	Todos	12/03/2021
3	Calendário das reuniões.	Kalache	09/04/2021
4	Agenda da próxima reunião – primeira sexta-feira útil do mês de abril às 10 horas.	Todos	09/04/2021